

REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DO TERRITÓRIO CEARENSE: SERVIÇOS MODERNOS EM EVIDÊNCIA NOS SUBESPAÇOS DINÂMICOSⁱ

Sociospatial restructuring in cearense territory: modern services in evidence in dynamic subspaces

Reestructuración del territorio cearense: servicios modernos en evidencia en subespacios dinámicos

Elizete de Oliveira Santosⁱⁱ
Universidade Federal do Ceará - Brasil

Luiz Cruz Limaⁱⁱⁱ
Universidade Estadual do Ceará - Brasil

RESUMO

O espaço geográfico é produzido para adequar-se ao novo modelo de produção/consumo difundido pela modernização que marca o atual sistema temporal, cujo fundamento encontra-se no nexo entre ordens informacionais, científicas e técnicas. Para a sincronia da funcionalidade do sistema, os objetos geográficos têm que se articular às necessidades dos fluxos, o que é atendido pelos chamados *serviços modernos*, responsáveis pela circulação de idéias, pessoas e mercadorias. Este artigo trabalha o conceito de *reestruturação socioespacial* para dar conta dos processos atuais de mudança amalgamados na sociedade que se reproduz e se materializa no território, tomando a referência do Ceará, a partir de 1990. A análise esboçada nos permite trabalhar com a hipótese da constituição de um dissimétrico e hierarquizado espaço de redes, marcado pela superposição de diversas polarizações, cuja conexão se dá pelos serviços modernos, delineando um espaço reticular cada vez mais desigual, seletivo e concentrador nesse subespaço nacional. Assim, julgamos contribuir com as investigações que se propõem a deslindar a geografia do Ceará do século XXI.

Palavras-chave: reestruturação socioespacial; território; serviços modernos; Ceará.

ABSTRACT

The geographical space is produced to fit the new production/consumption model spread by the modernization that characterizes the current system time, whose foundation is the link between informational, science and technology orders. For the synchronization of system functionality, the geographic objects have to articulate the flows needs, which is attended by so-called *modern services*, responsible for the ideas, people and goods circulation. This paper proposes the *sociospatial restructuring* concept referring to the current processes of change amalgamated in the society that reproduces itself and that materializes in the territory, taking the reference of Ceará, since 1990. The presented analysis allows us to work with the hypothesis of the asymmetrical and hierarchical networking space formation, marked by the superposition of different polarizations, whose connection is given by modern services, drawing a reticular space increasingly unequal, selective and concentrator on national subspace. Thus, we believe contribute to the research they propose to unravel the geography of Ceará twenty-first century.

Keywords: sociospatial restructuring; territory; modern services; Ceará.

RESUMEN

El espacio geográfico se produce para adaptarse al nuevo modelo de producción / consumo de la modernización generalizada que caracteriza el actual sistema temporal, cuyo fundamento está en el enlace entre las órdenes de la información, la ciencia y la tecnología. Para la sincronización de la funcionalidad del sistema, los objetos geográficos han de articular las necesidades de los flujos, que es atendido por los llamados *servicios modernos*, responsable de la circulación de ideas, personas y mercancías. Este texto propone el concepto de *reestructuración socio-espacial* para dar cuenta de los actuales procesos de cambio en la sociedad que se reproduce y se materializa en el territorio, teniendo la referencia de Ceará, a partir de 1990. La análisis propuesta permite trabajar con la hipótesis de la formación de un espacio de redes asimétricas y jerárquicas, marcada por la superposición de diferentes polarizaciones, cuya conexión se establece por los servicios modernos, delineando un espacio reticular cada vez más desigual, selectivo y concentrador en este subespacio nacional. Por lo tanto, creemos contribuir con las investigaciones que se proponen a desentrañar la geografia de Ceará en el siglo XXI.

Palabras clave: la reestructuración socio-espacial; el territorio; los servicios modernos; Ceará.

INTRODUÇÃO

Periodicamente, o espaço geográfico – entendido como conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996) – é impulsionado por um ou vários de seus agentes de transformação –

sociedade, empresas e Estado – a ganhar novas feições e conteúdos para acompanhar as inovações absorvidas pelo sistema produtivo. Onde essas transformações penetram de forma mais rápida, tornam-se os movimentos sociais mais densos, quer no acatamento da nova

realidade, quer na repulsa de tais verticalidades. A esses momentos de ruptura e reorganização do espaço e da sociedade, que marcam o movimento de evolução de um território, estamos chamando de *reestruturação socioespacial* (LIMA, 2006; LIMA *et al*, 2008). Parte-se do princípio de que cada novo sistema nasce nas/das entranhas do sistema anterior, o que impõe o imperativo metodológico da periodização.

Na fase atual, ao espaço geográfico agregaram-se feixes de inovações técnico-científicas, além de elevado grau de componentes informacionais, o que Santos (1996) conceitua como meio técnico-científico informacional, cuja expansão fez com que as instâncias produtivas ficassem dissociadas e/ou dispersas geograficamente no espaço, ao mesmo tempo em que seu comando é único. Destarte, instala-se o conflito dialético entre, de um lado, o comando vertical (cada vez mais concentrado) que une os espaços do mandar aos espaços do fazer e, de outro, as relações horizontais dos espaços do fazer (cada vez mais dispersos).

Para a sincronia da funcionalidade do sistema, os objetos geográficos têm que se articular às necessidades dos fluxos, o que é atendido pelos *serviços modernos*, responsáveis pela circulação de idéias, pessoas e mercadorias (JIMÉNEZ e UTRILLA, 1992; LIMA e SANTOS, E., 2008; SANTOS, E. e LIMA, 2008).

Como laboratório dessa realidade, nossas reflexões buscam dar conta de um subespaço nacional - o Ceará. Este artigo propõe-se a discutir o papel dos serviços modernos como elos produtivos nos subespaços dinâmicos do

Ceará. Entende-se que os serviços modernos espacializam-se segundo a lógica de polarização territorial articulada à totalidade do processo de modernização do espaço cearense, intensificado desde a década de 1990, sob os auspícios do discurso desenvolvimentista que norteou as ações estruturantes do Estado nos últimos vinte anos.

O desenvolvimento deste trabalho está estruturado em três momentos. No primeiro momento, buscamos articular a totalidade às partes estruturadas da realidade em análise, oferecendo uma contribuição ao conceito de reestruturação socioespacial, aplicando-o à realidade de nosso objeto de estudo a fim de construir o nosso fundamento teórico-metodológico; no segundo, discutimos a seletividade dos territórios em rede e a emergência dos serviços modernos como signo da conectividade espacial e setorial, apresentando notas teórico-metodológicas; e, finalmente, no terceiro, discutimos os avanços e limitações da pesquisa sobre os serviços modernos em evidência no Ceará, colocando o foco da nossa análise especificamente nos subespaços dinâmicos do Ceará, cuja conexão se dá pelos serviços modernos.

CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO CONCEITO DE REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL

Como o espaço é resultado dos movimentos de mudança que são traçados e trançados pelas diversas instâncias da sociedade em cada momento, ele se apresenta como história, como uma totalidade. Desse modo, posto que a

realidade é movimento, é necessário que o nosso pensamento também se ponha em movimento numa “estrutura teórica dinâmica”, buscando acompanhar, pelo menos mais de perto, a realidade. Nosso trabalho se propõe a entender, tomando a referência do território cearense, como o espaço responde às alterações na sociedade por meio de sua própria alteração, mediante diversos momentos de *reestruturação socioespacial*, conceito discutido a seguir.

DA TOTALIDADE E DAS PARTES ESTRUTURADAS: A ELABORAÇÃO DO CONCEITO

Entender o espaço como uma totalidade, implica que se faça um esforço metodológico de fragmentar esse todo (análise) para posteriormente reconstituí-lo (síntese), como ensina Santos (1985, p.7): “a noção de espaço como uma totalidade se impõe de maneira mais evidente, porque mais presente; e pelo fato de resultar mais intrincada, torna-se mais exigente de análise”. A organização dos elementos do espaço, que atua hierarquizando-os, nos dá o nexos das ordens que partem dos diversos atores, em diversas escalas, e delinea os “territórios do mandar” e os “territórios do fazer”, de modo que o papel regulador das funções locais tende progressivamente a escapar da sociedade local.

Como o espaço geográfico é o pergaminho onde o homem escreve sua história, as diferentes fases por que passa cada sociedade são marcadas pela implantação de sistemas de engenharia para a realização de sua produção e condições de vida. Esses sistemas são soerguidos ou são renovados utilizando criações

do passado, vivificando o trabalho morto. Neles, a sociedade do presente realiza seu modo de vida, agora obedecendo à unicidade do mundo. À medida que a ordem global se transforma com novas modalidades de funcionamento, cada lugar há de adequar suas condições para poder participar do conjunto maior. Só assim, as partes se agregam, de forma coerente e obediente, à totalidade. No carrilhão dessa dinâmica se dá, como exigência da realidade, a reestruturação socioespacial.

No bojo dessa discussão, a contribuição de Soja (1993) indica a dinâmica da produção e reorganização do espaço:

[...] a reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação seqüencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição... (p. 193).

Nessa acepção, a reestruturação seria uma seqüência de quebra/ruptura no desenvolvimento do conjunto das relações sociais de produção, como resposta às crises do sistema. Essa abordagem teórica auxilia no entendimento dos processos de transformação do espaço e da sua respectiva sociedade em cada período histórico, considerando o sistema global, ou seja, a totalidade.

Para Mandel (1982), a reestruturação acontece como mecanismo de superação das crises do modo de produção capitalista, criando novas estratégias de alcançar superlucros, seja pela diferenciação espacial (regional ou

internacional), seja pelo desenvolvimento setorial desigual. Segundo Mandel, haveria uma:

[...] periodicidade da modernização intensificada a uma série de reestruturações geográficas, similantemente caracterizadas pela tentativa de recuperar as condições de sustentação da acumulação capitalista lucrativa e do controle da mão-de-obra (MANDEL, 1982, p. 38)

Esse autor aponta como o espaço é usado, ainda que de modo diferenciado, dentro do modelo excludente e geograficamente desigual na espacialidade capitalista. Além disso, assinala que cada novo ciclo sobrepõe-se ao velho como uma camada, preservando os resíduos. Essa idéia reforça o pensamento de que as diversas reestruturações socioespaciais dotariam cada espaço ou subespaço da característica de ser um palimpsesto¹.

O conjunto da obra de Milton Santos, ainda que não explicita a expressão reestruturação socioespacial, trabalha a teoria de que as mudanças relacionais entre os componentes do espaço (sociedade e configuração territorial) caracteriza os movimentos de reestruturação (mudanças) seguindo lógicas internas a cada período histórico de um espaço, conforme se verifica quando afirma que “a configuração territorial, conjunto de dados naturais modificados pela ação consciente do homem mediante sucessivos sistemas de engenharia, e a dinâmica social, relação que define a sociedade em dado momento histórico” (SANTOS, 1988, p. 111). A idéia trabalhada por Santos reforça o entendimento de que a ruptura/quebra da

lógica relativamente estável que rege cada período de um espaço implica na necessidade de esta lógica se reconstituir a partir da anterior, embora absorvendo novos componentes, caracterizantes do novo período.

No conjunto dos autores que tem contribuído com as reflexões acerca dos movimentos de reestruturação socioespacial, desponta o trabalho de Moreira (2001; 2002). Este autor busca desenvolver uma teoria para explicação dos processos de reestruturação no Brasil, relacionando-os aos movimentos da totalidade-mundo. Sustenta que a reestruturação é responsável pela constante renovação dos espaços ao longo do processo de construção geográfica das sociedades², culminando em sua terceira fase, quando as lógicas e determinações precisam ser modificadas para dar continuidade à formação de cada novo espaço social. Nesse sentido, enfatiza:

A construção geográfica das sociedades é um processo dinâmico. A paisagem por seletividade se monta, seu arranjo por agregação de práticas se estrutura e esta armadura ganha peso e movimento, até que um ciclo de reestruturação a refaz. Então, ao fim e ao cabo, “todo o equilíbrio espacial da sociedade encontra-se modificado”. (MOREIRA, 2001, p. 38)

Estudando a reestruturação como passagem de um modelo espaço-tempo a outro, Moreira sustenta que a atual reestruturação traz a novidade da convergência dos quatro modelos – modelo histórico mundial, modelo histórico brasileiro, modelo de acumulação mundial e modelo de acumulação brasileiro – no modelo

de acumulação financeira, conforme assinala a seguir:

Uma vez que a hipótese que seguimos é a da simultaneidade de esgotamento de conjunto dos quatro modelos, a reestruturação, para lá do modelo produtivo, estaria significando uma reestruturação mais ampla, revolvendo todas as escalas de espaço-tempo que até aqui estudamos. Altera a relação entre o público e o privado; mexe com a estrutura e perfil do Estado e sua relação histórica com a sociedade civil; sugere uma reestruturação do próprio modelo histórico capitalista, etc. (MOREIRA, 2002, p. 09)

Os textos de Ruy Moreira propõem uma periodização para o mundo e para o Brasil, segundo os modelos históricos, os modelos de acumulação e os modos de desenvolvimento³. Analisando o período atual, Moreira pontua que:

A reestruturação [atual] é o processo de reorganização global da sociedade capitalista decorrente do esgotamento do seu ciclo de desenvolvimento industrial e da emergência das necessidades da acumulação financeira que ultrapassa e substitui o ciclo industrial na história. (MOREIRA, 2002, p. 13, grifo nosso)

No nosso entender, o conceito de *reestruturação socioespacial* pode dar conta dos imbricados processos de mudança amalgamados na sociedade que se (re) produz e se materializa no território. Corresponderia, pois, aos momentos de ruptura e reorganização do espaço e da sociedade, que marcam o movimento de evolução de um território. Este é, precisamente, o fundamento teórico-metodológico no desenvolvimento desta pesquisa.

Entendemos que a reestruturação socioespacial ultrapassa a reestruturação produtiva, tão estudada no período atual, pois as transformações amalgamadas nesse processo são mais do que uma mudança de regulação produtiva, implicando mudanças nas regulações políticas, ideológicas e culturais, enfim, mudanças sociais. A reestruturação produtiva é apenas o início do processo de reestruturação socioespacial, resultando numa de suas mais destacadas facetas, porém não a única. Ao que parece, Moreira (2002) corrobora nosso entendimento desse conceito:

A reestruturação produtiva refere-se à nova regra de regulação do trabalho no âmbito das fábricas, que consiste na troca das normas fordistas pelas normas toyotistas de organização. A reestruturação industrial remete às inovações tecnológicas da terceira revolução industrial. Desse ponto de vista, a reestruturação pode ser entendida como o conjunto das trocas de meios técnicos que centram os fabricos nos processamentos da microeletrônica e da informática, isto implicando a implementação das regras de flexibilização da produção e do trabalho da reestruturação produtiva, combinando e confundindo assim reestruturação industrial e reestruturação produtiva. A reestruturação estatal é o conjunto das reformas neoliberais do Estado, cujo exemplo é a transferência do patrimônio público para o poder privado, via privatização das empresas estatais. Por fim, a *reestruturação espacial* é o novo ordenamento territorial que emana disso tudo. (MOREIRA, 2002, p. 12, grifo nosso)

Nossa proposta objetiva contribuir para o entendimento de que a reestruturação deve superar as noções que a interpretam

simplesmente como um esquema evolucionista no qual os valores antigos aparecem superados por todas as referências representativas do novo numa superposição mecânica dos fenômenos. É necessário compreendê-la como materialização de lutas entre o novo e o velho. Parte-se do princípio de que cada novo sistema nasce nas/das entranhas do sistema anterior, o que impõe o imperativo metodológico da periodização.

UM ESFORÇO DE PERIODIZAÇÃO SE IMPÕE

Como recurso metodológico, Santos (1985) entende que se deve proceder a definição de períodos a partir do que chama de modernizações, que, para ele, marcam o ritmo de evolução dos sistemas temporais. Segundo o autor, os períodos poderiam até ser chamados de sistemas de modernização, os quais resultam de uma periodização que depende do objetivo do investigador, buscando encontrar “secções de tempo em que, comandado por uma variável significativa, um conjunto de variáveis mantém um certo equilíbrio, uma certa forma de relações” (1985, p. 23).

Nesse exercício metodológico, as periodizações procuram demarcar períodos ou regimes - “o pedaço de tempo ou duração, no qual, em torno de dado tipo e forma de produção, formas materiais e não materiais de vida se mantêm mutuamente integradas com o processo produtivo” (SANTOS, 1985, p. 73). A definição de períodos permite posteriormente identificar os momentos de reestruturação socioespacial, conforme contribuição de Santos (idem, p.73):

No momento em que essa lógica particular se modifica, seja por evolução interna, seja por impacto externo, dá-se também uma ruptura que acarreta uma mudança de regime, isto é, uma mudança de nexos ou de relação estrutural e funcional entre os componentes e uma alteração da importância relativa dos fatores.

Todavia, um estudo que tome as modernizações como critério para a periodização deve atentar para o fato de que a difusão das modernizações, do centro para a periferia, não se dá de forma homogênea, mas seletiva e de acordo com as especificidades de cada território. Destarte, há diferentes absorções de impactos exógenos das inovações, impondo o exercício de identificar os movimentos do novo e do velho. Nisso se assenta a explicação de que a (re) elaboração dos subespaços se daria como num processo químico, uma verdadeira combinação, da qual resulta sua especificidade.

Nessa construção, é basilar que o espaço seja entendido em sua formação, enquanto superposição de sistemas temporais (o que chamamos de palimpsestos), ou seja, como uma verdadeira acumulação desigual de tempos, cuja explicação ultrapassa as formas, funções, processos e estruturas atuais.

A CRISE COMO CATEGORIA CENTRAL DA REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL

Segundo trabalho de Moreira (2002), seria a crise (que ele também chama de *esgotamento*) dos modelos que comandaria a marcha das reestruturações. Cada modelo seria presidido pelos grandes arcos de hegemonia

caracterizantes de cada período (modelo espaço-tempo) e o momento de desequilíbrio dessa hegemonia e a tentativa de sua redefinição constituiria a crise e a conseqüente reestruturação, recomeçando as fases constitutivas da construção espacial da sociedade – da montagem, do desenvolvimento e do desdobramento (MOREIRA, 2001; 2002).

Já Santos (1994) afirma que, como ainda não se completou inteiramente o processo de transformação da sociedade industrial em sociedade informacional, estaríamos vivendo, a um só tempo, um período e uma *crise*. Isso revela o entendimento do autor de que crise seria um momento ou processo de transição de um período a outro.

Segundo Schumpeter (1997, caps. 2 e 6), a crise, que ele também chama de ciclo econômico (cf. nota 69 em SCHUMPETER, 1997, p. 74), seria o mecanismo ou processo pelo qual a vida econômica se adapta a novas condições. Retomando os estudos das ondas longas de Kondratieff, o autor assinala que as crises são elementos ou, pelo menos, componentes regulares, se não necessários, de um movimento em forma de onda que alterna períodos de prosperidade e depressão, que têm permeado a vida econômica desde o início da era capitalista.

Por sua vez, Rangel (1981), em sua análise marxista da sociedade brasileira, cria um conceito singular de dualidade, subdividindo o conceito marxista de relações de produção em relações internas e relações externas. Essas relações na “concepção rangeliana” são denominadas de pólo interno e pólo externo. Cada pólo é composto por um lado interno e um

lado externo. Para entender a formação da sociedade dual brasileira, o autor trabalha as cinco “leis da dualidade brasileira” (RANGEL, 1981, p. 12), tendo seu nexos explicativo na idéia de crise⁴, que, segundo ele, se daria em apenas um dos dois pólos da dualidade (o mais antigo de cada dualidade), alternadamente o pólo interno e o pólo externo. Julgamos que a nossa idéia de *palimpsesto* subjaz à sua tese, na medida em que sustenta que o pólo da dualidade não modificado pelo impacto externo, advindo das inovações que partem do centro dinâmico do sistema, *guarda sua estrutura e integra-se à nova dualidade*, formando sucessivamente diferentes uniões dialéticas dos contrários.

Em nossa proposta teórico-metodológica, a crise aparece como categoria central, na medida em que se apresenta como momento de transição de um período a outro, ou seja, é a crise que exige a reestruturação socioespacial. A crise, em nosso entendimento, para além das reflexões que só dão conta das crises econômicas, é algo que se interpõe no orgânico, criando uma ruptura, um desarranjo. É justamente esse desarranjo que exige novos elementos, os quais são incorporados no processo de reestruturação. A crise como categoria do método geográfico está sendo entendida à luz da dialética, que pode ser grosseiramente resumida no esquema tese-antítese-síntese: a crise se dá no momento da contradição entre tese e antítese, ao passo que na síntese, tem-se a superação da crise, estabilizando-se e preparando o movimento para entrar novamente em crise. Nesse sentido, pode-se dizer que a crise é o momento em que

há uma luta de sobrevivência entre o velho e o novo. É por isso que essa categoria nos permite afirmar que cada sistema produtivo forja as condições para o seguinte, a partir da reorganização dos elementos que entraram em crise.

Propõe-se que cada período ou sistema temporal seja presidido pela articulação dialética entre dois subsistemas: 1) o dos fatos concretos, da matriz tecnológica, da materialidade, o *subsistema produtivo*; e 2) o dos aspectos culturais, da imaterialidade, o *subsistema normativo*. Como o subsistema normativo é mais lento que o produtivo, na medida em que essas temporalidades distanciam-se muito, ocorre a crise, como resultado do descompasso entre os elementos da interação.

O CASO DO TERRITÓRIO DO CEARÁ, BRASIL

Como fragmentos do conjunto mundial, os países se reorganizam para o período histórico tecido no último meio século. Apesar do esforço da reengenharia governamental nas décadas de 1960 a 1980, somente nas duas últimas décadas o Brasil agregou-se ao concerto universal, diante da permissão da entrada das inovações, com fortes abalos na organização socioespacial.

Sob essa nova lógica de reorganização dos territórios, o espaço cearense redefine-se de modo significativo, impondo aos pesquisadores o esforço de contribuir com a construção teórico-metodológica do conceito de *reestruturação socioespacial*.

Sustenta-se que a atual reestruturação socioespacial do Ceará evidencia-se marcada por políticas territoriais, de cunho modernizante, racional e tecnificador, privilegiando as metamorfoses do espaço para adequá-lo às exigências da atração de investimentos nacionais e internacionais, sobretudo privados.

Segundo Quintiliano (2008), a década de 1990 apresenta-se como período de grande intensidade na implantação de novos objetos espaciais e modernas/modernizantes políticas territoriais no Ceará. Os investimentos públicos e privados ampliaram os contrastes espaciais e sociais, através de planejamentos voltados aos territórios que facilitam a reprodução do capital. Nessa perspectiva, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e Litoral, Baixo e Médio Jaguaribe, Vale do Acaraú e municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha (CRAJUBAR) são considerados territórios seletos, pontos luminosos (SANTOS, 2001) ou subespaços dinâmicos, pólos receptores de investimentos públicos e privados.

Como hipótese de trabalho, sustentamos que na esteira das ações voltadas à modernização do território cearense, há três eixos estruturantes das políticas territoriais, cuja conexão se dá pelos serviços modernos: (a) promoção do turismo, (b) atração e interiorização de indústrias e (c) instalação de infra-estruturas voltadas à dinâmica da agricultura empresarial – principalmente a científica. Nisso se assenta a dinâmica dos serviços modernos como partícipe da reestruturação socioespacial do Ceará.

A SELETIVIDADE NOS NEXOS DOS TERRITÓRIOS EM REDE E A CONEXÃO PELOS SERVIÇOS MODERNOS: NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A construção teórico-metodológica desta pesquisa, tendo como fundamento o conceito de reestruturação socioespacial, levou-nos ao entendimento de que para trabalharmos o recorte temático dos *serviços modernos em subespaços dinâmicos* teríamos que trazer a discussão dos conceitos de *território*, *rede* e *serviços modernos*.

Tomamos como ponto de partida a análise do território, conjugado em base de sistema de objetos. Assim, o território analisado assume o caráter de território reestruturado, com múltiplas mudanças sociais e espaciais, à medida que ele agrega técnicas e redes do presente. Em uma primeira aproximação conceitual, lembramos com Milton Santos (2002, p.10) que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Essa proposição é ratificada com a proposição sustentada por Souza (1995, p.78-79) de que o território deva ser apreendido como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Poder, identidade e exercício de vida são conceitos destacados que se agregam para a construção do entendimento

do território estudado, onde se forjem dominadores seculares, cultura e lutas sociais. Na atual modernidade, essas conceituações se fortalecem e se revelam mais transparentes com os feixes de inovações, indutoras de metamorfoses do espaço, captando novas formas de organização de sistemas técnicos.

No bojo das aceleradas transformações por que passam os territórios na atualidade, emergem as *redes*. Com a ampliação e maior densidade das redes que se formaram a partir das crises e da revolução tecnológica que marcaram a década de 1970, a divisão territorial do trabalho muda de conteúdo, pois se delineiam novas e mais complexas geometrias de poder em todas as escalas. Segundo Santos (1996), a chave para o entendimento das redes é enxergá-las como realidade social e técnica ao mesmo tempo. Para esse autor, “as redes não prescindem de fixos – que constituem suas bases técnicas – mesmo quando esses fixos são pontos. Assim, as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas” (1996, p. 221). É desse modo que as redes atuam no sentido de unificar e integrar os territórios verticalmente, modificando tanto a divisão social do trabalho, que reparte, e a cooperação, que unifica.

Nesse contexto, o período atual – o dos *territórios reticulares* – é marcado pela imbricação e interpenetração dos setores econômicos, tomando o setor terciário destacada função de elo no sistema produtivo.

O arcabouço teórico e conceitual para a explicação da reestruturação socioespacial, a partir da dinâmica dos serviços, encontra-se em construção, enfrentando as dificuldades

inerentes aos estudos que buscam explicar o presente. Desse modo, numa proposta em construção, por isso submetida ao debate, definimos como *serviços modernos*, a partir da abordagem espacial, aqueles capazes de fluidificar e conectar o território aos ditames da reprodução ampliada do capital na atualidade, tornando-o poroso às ações dos atores hegemônicos representados, sobretudo, por grandes empresas e pelo Estado (SANTOS, E. e LIMA, 2008). Os serviços modernos, em nossa pesquisa, são entendidos pelos seus nexos de comando. A principal propriedade dos serviços modernos seria a conectividade, tanto a espacial (interligação dos territórios em múltiplas escalas) quanto a setorial (imbricação dos setores econômicos).

A chave para definição e explicação dos serviços modernos em nossa proposta é a tecnologia, que condiciona a capacidade dos fluxos dos condutos nos diferentes territórios, segundo diversas escalas. Consideramos serviços modernos a ampla gama de serviços de informação, as funções de gestão, administração, segurança, saúde, educação especializada e capacitação tecnológica, pesquisa e desenvolvimento (P&D), telecomunicações, telemática, marketing, comércio internacional, assessoria e consultoria, turismo, dentre outros. Essa definição guiou o processo de escolha das variáveis de análise do objeto de estudo.

O recorte temporal adotado abarca as transformações a partir da década de 1990, sem, no entanto, desconsiderar o movimento histórico próprio da evolução espacial, pois

como salienta Santos (1985) o espaço, “considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade” (p. 22). Assim, entendemos que a reestruturação socioespacial viabilizada, entre outros fatores, pela dinâmica dos serviços modernos, deve encontrar sua explicação tomando-se a referência da década de 1990 e início do século XXI.

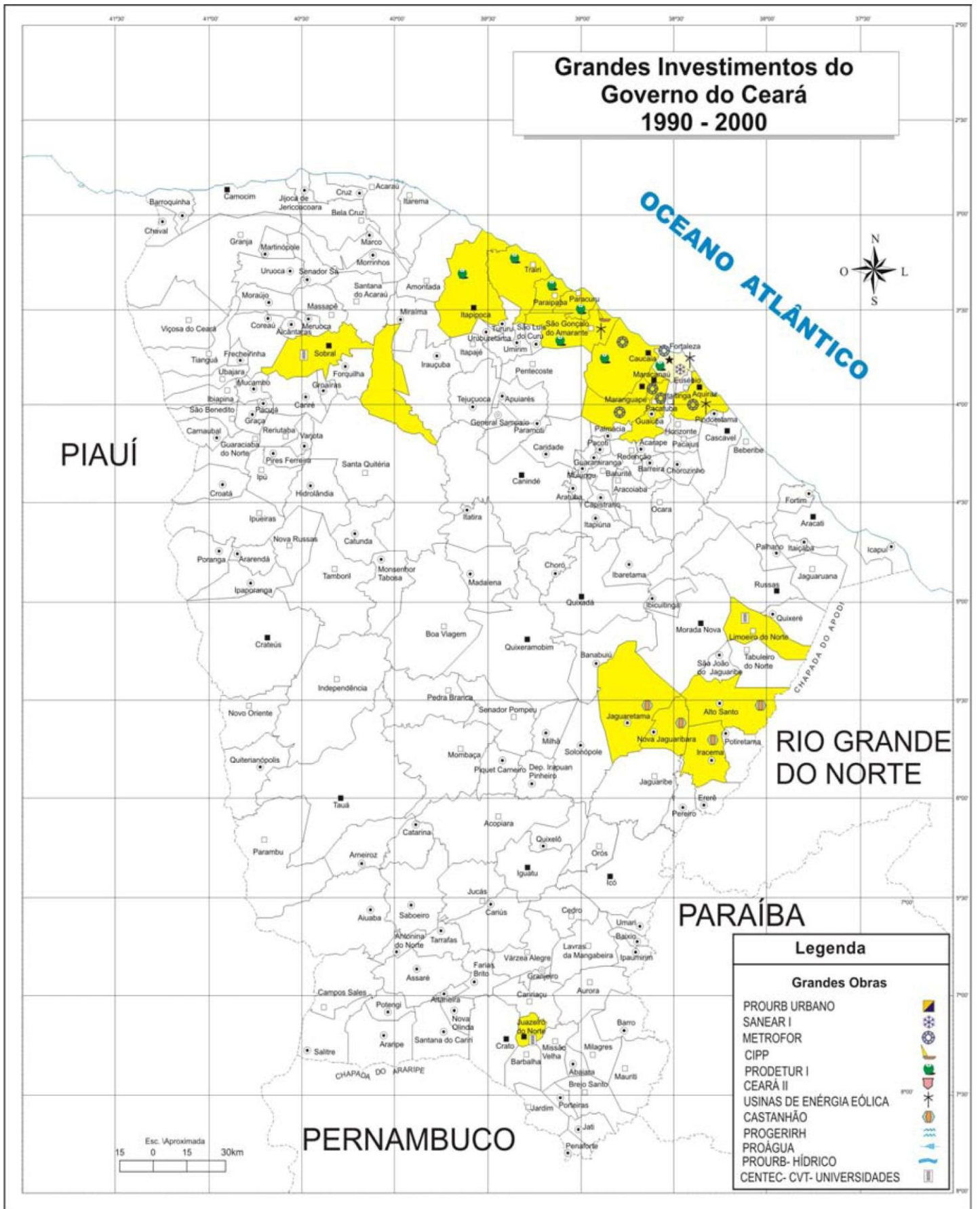
Trabalhamos com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (Relação Anual de Informações Sociais-RAIS)⁵. Como recurso metodológico, após sucessivas discussões, chegamos a uma definição preliminar. Com base em estudos anteriores (ELIAS, 2005; LIMA, 2006; QUINTILIANO, 2008) sobre a atual realidade do Ceará, correlacionamos as atividades econômicas que mais se aproximam do objeto em estudo, tomando em referência as *divisões da CNAE*, pois essas viabilizam o recorte das atividades mais expressivas e representativas para explicar as condições do espaço cearense dos últimos anos. Das *divisões da CNAE*, foram consideradas treze (TABELA 1), de maior expressão na vida social e econômica em diferentes regiões do estado. A partir dessa definição, iniciamos o processo de tratamento dos dados, destacando os subespaços dinâmicos do Ceará: (a) Região Metropolitana de Fortaleza, (b) Baixo e Médio Jaguaribe, (c) Vale do Acaraú e (d) municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha (que se convencionou chamar CRAJUBAR)⁶.

EMERGÊNCIA DOS SERVIÇOS MODERNOS NOS SUBESPAÇOS DINÂMICOS DO CEARÁ: UMA CONTRIBUIÇÃO

De acordo com Santos (1985), as modernizações características de cada sistema temporal difundem-se do centro para a periferia, em movimento dialético, por isso contraditório, encontrando respostas diferentes em cada subespaço, dado o caráter modificador dos impactos segundo as especificidades do território. Assim, delineiam-se diferentes graus de absorção das modernizações, implicando em defasagens. Além disso, aparece outro complicador na análise da difusão das modernizações: a diferenciação entre países e a diferenciação dentro dos países. Nisso se assenta a dificuldade de se definir o moderno em cada subespaço, constituindo-se num exercício de método que seja capaz de abarcar as nuances desses dois tipos de diferenciação. Pode-se observar que a difusão de modernizações, no movimento de diferenciação interna que engendra, acaba por criar pólos internos, que passam a desempenhar funções especializadas, culminando numa hierarquia funcional. De certa forma, haveria uma estreita relação entre modernização, especialização e polarização, a primeira condicionando a segunda e a segunda a terceira, embora às vezes o movimento possa ser outro. Essa discussão, em nosso entender, também pode ser aplicada a subespaços dotados de especificidades que lhe garantem certa unidade e autonomia (relativas). Este seria exatamente o caso do Ceará, nosso objeto de análise.

Com a ascendência das últimas gestões governamentais (1987-2001), o espaço ganha destaque como elemento de poder fundamental e as políticas públicas mais significativas mostram um caráter territorial. Emerge o imperativo de repensar o desenvolvimento regional do Ceará, passando a investir de acordo com a teoria dos pólos de desenvolvimento. Para verificar esta polarização no Ceará, tomemos os mapas a seguir. No primeiro mapa, Botão (2005) espacializa as grandes obras estatais no território cearense na década de 1990, deixando clara a seletividade desses investimentos em subespaços dinâmicos. No segundo mapa, Quintiliano (2008) assinala os principais pólos de desenvolvimento do estado, permitindo detectar que as próprias vias de circulação mais importantes/estruturantes na dinamização do território, delineiam uma rede que conecta esses quatro pólos.

O projeto de modernização do território cearense, levado a efeito pela liderança política neoliberal dos últimos vinte anos, associada aos interesses privados, optou claramente por uma integração excludente do território cearense ao sistema-mundo: integrou-se apenas o “Ceará moderno” ao mundo globalizado. Desse modo, os subespaços dinâmicos agregaram serviços modernos – além dos terciários banais e primitivos⁷ – que acabaram ampliando as desigualdades já existentes no território cearense. Esses serviços ligam-se aos ditames da economia-mundo, atuando nos territórios seletos do Ceará de forma a internalizar o novo, caracterizando-se como vetor de entropia que traz as verticalidades tanto na indústria



moderna, informatizada, quanto na agricultura científica, tecnicizada. Nesse sentido, retomamos o pensamento de Santos:

Afinal, os mecanismos de mercado aparecem triunfantes, trazendo o novo e conservando o velho, em função dos ditames da produção, impondo o externo ao interno nos setores onde isso lhes convém e arrastando o Estado para a órbita dos interesses privados. A internalização do externo, a renovação do antigo a serviço das forças de mercado não seria possível sem o apoio, ainda que não deliberado, do Estado. (SANTOS, 1985, p. 80)

De posse das planilhas com dados para o Ceará e o Nordeste, a análise quantitativa, articulada às reflexões qualitativas da realidade do espaço cearense, conduziu à identificação de grande polarização e concentração das atividades de serviços modernos nos subespaços dinâmicos assinalados.

Segundo informações obtidas pelos dados da RAIS, de 2005, o Ceará contava com 19.665 estabelecimentos que executavam as mais diversas atividades ligadas aos serviços⁸ (o que corresponde a 34,8% de todos os estabelecimentos), respondendo por um estoque de 552.992 empregos formais. Deste universo, 10.863 eram estabelecimentos com atividades de serviços modernos com base na relação de atividades apontadas pela literatura especializada, o que corresponde a aproximadamente 55,2% do total de estabelecimentos de serviços. Os estabelecimentos de serviços modernos respondiam por 464.530 empregos formais (84% dos empregos em serviços). Esses dados já

revelam que os serviços modernos tomam vulto a partir da última década do século XX, atendendo ao quadro de transformações mundiais, que são exigentes de fluidez e conexão.

Na comparação com a Região Nordeste, o Ceará aparece em terceiro lugar quanto ao número de estabelecimentos de serviços modernos em quase todas as atividades analisadas, à exceção do número de estabelecimentos de serviços de *Pesquisa e Desenvolvimento*, no qual assume a segunda posição e do número de estabelecimentos de *Serviços de Administração pública, defesa e seguridade social*, no qual assume a quarta posição.

Outra variável importante diz respeito ao porte dos estabelecimentos de serviços modernos no Ceará, que pode nos fornecer pistas no tocante às exigências de fluidez em cada subespaço, caracterizando sua densidade reticular, e às relações que mantêm com a dinâmica social que se reproduz em cada território. Verificamos no território cearense a tendência de apresentar estabelecimentos de serviços de pequeno porte, mantendo-se até mesmo nos pólos, embora o número de estabelecimentos de grande porte cresça consideravelmente neles. Os serviços modernos que detêm o maior número de estabelecimentos de grande porte são os de *Administração, defesa e seguridade social* e os de *Serviços prestados principalmente às empresas*. Observa-se que esses dois tipos de serviços respondem às necessidades da reestruturação de um território, cuja trama se processa sob a égide de nova

Atividades de serviços modernos	Subespaços dinâmicos e opacos do Ceará					
	RMF	Baixo e Médio Jaguaribe	Vale do Acaraú	CRAJUBAR	Demais municípios	Total
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	276	97	42	31	291	737
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	368	2	8	21	26	425
Correio e telecomunicações	166	16	12	11	152	357
Intermediação financeira	315	26	19	27	176	563
Seguros e previdência complementar	88	2	4	4	8	106
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar	115	2	5	7	1	130
Atividades de informática e serviços relacionados	296	3	5	14	23	341
Pesquisa e desenvolvimento	11	0	2	2	0	15
Serviços prestados principalmente às empresas	2.118	48	69	105	244	2.584
Administração pública, defesa e seguridade social	143	34	20	12	267	476
Educação	1.034	34	43	128	222	1.461
Saúde e serviços sociais	2.188	64	113	274	341	2.980
Atividades recreativas, culturais e desportivas	468	22	25	46	127	688
Total	7.586	350	367	682	1.878	10.863

TABELA 1 - Nº de Estabelecimentos de atividades de serviços modernos nos subespaços dinâmicos e opacos do Ceará

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Ministério do Trabalho e do Emprego (RAIS, 2005)

lógica empresarial de gestão/controle.

De acordo com os dados espacializados segundo a polarização verificada no desenvolvimento da pesquisa, observa-se que a RMF concentra, fortemente, todos os tipos de estabelecimentos considerados nessa análise, fato que aponta para a expressiva macrocefalia desenvolvida pela capital, Fortaleza, cuja concentração relativa é ainda maior que a RMF como um todo.

A tabela 1 traz os números para todo o Ceará, revelando a concentração nos subespaços dinâmicos, permitindo detectar que os serviços modernos cumprem o papel de conectar espacial e setorialmente o território reticular que se forjou no Ceará.

Além da seletividade que preside a instalação dos serviços modernos nos

subespaços dinâmicos e não em todo o território cearense, ainda entre os subespaços dinâmicos, verificam-se diferenciados graus de polarização segundo cada tipo de serviço. Uma análise da totalidade, porém, pode apontar que a RMF concentra todos os tipos de serviços, atuando como nó dos principais fluxos conectados pelas redes do território cearense com os espaços nacional e internacional. Em segundo lugar, destaca-se o CRAJUBAR, principalmente nos estabelecimentos de *Serviços prestados principalmente às empresas, Educação e Saúde e serviços sociais*, os quais são “serviços-chave” na dinamização de um território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contemporaneidade caracteriza-se pelo aumento das redes e das conexões, como

resposta à divisão do trabalho que se amplia e aprofunda, acompanhando as mudanças no conteúdo material e social dos territórios. Na esteira dessas transformações, os serviços modernos despontam como signo da conectividade espacial e setorial. Vivenciamos, pois, o período do espaço da conectividade, espaço reticular, o que está no cerne dos processos de reestruturação socioespacial, cuja explicação exige que se deslindem os nexos espaciais dos serviços nos subespaços dinâmicos.

No amplo espectro dos espaços que evidenciam essa realidade, nossas reflexões buscaram dar conta de um subespaço nacional – o Ceará. Nesse caminho, verificamos que a última década do século XX marca a inserção do Ceará, antes tido como “espaço neutro”, no conjunto dos “espaços operacionais” da ordem global, com a reestruturação de seu espaço. Este conjunto articulado tece as condições históricas para a intensificação da polarização e especialização dos territórios no Ceará, com a constituição de subespaços dinâmicos, os quais passam a ser conectados – entre si, mas, sobretudo, ao mundo – pelos serviços modernos.

Como conclusão preliminar, contatamos desigual volume de serviços alocados nos pólos especializados e nas pequenas cidades do interior do Ceará face à constituição de um dissimétrico e hierarquizado espaço. Posto que a modernização do território cearense se processou com base na seletividade, os espaços com maior densidade técnica e informacional transformaram-se significativamente,

ampliando e aprofundando as desigualdades já existentes. A seletividade, destacado componente de diferenciação dos territórios, direcionou a difusão das infra-estruturas necessárias à fluidez, fazendo-se acompanhar pelo movimento de implantação de estabelecimentos de atividades de serviços modernos. Desse modo, verificamos que há a superposição de diversas polarizações (agropólos, pólos industriais, pólos turísticos), delineando um espaço reticular cada vez mais desigual, seletivo e concentrador no Ceará.

NOTAS

ⁱ Este trabalho apresenta alguns resultados do Projeto de Pesquisa “Reestruturação socioespacial do Ceará”, desenvolvido entre 2008 e 2009, tendo apoio do CNPq por meio do Edital No. 03/2008 – MCT/CNPq.

ⁱⁱ Geógrafa; Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: elizeoliver7@yahoo.com.br

ⁱⁱⁱ Geógrafo; Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); Professor Emérito da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

E-mail: l.cruzlima@uol.com.br

¹ O palimpsesto é um antigo material de escrita, principalmente o pergaminho, usado, em razão de sua escassez ou alto preço, duas ou três vezes, mediante raspagem do texto anterior. Desse modo, é um manuscrito sob cujo texto se descobre a escrita ou escritas anteriores. Neste

texto, toma o sentido de superposição, preservando as características anteriores ao mesmo tempo em que se reveste das novas.

² Sobre a construção geográfica das sociedades, o autor sustenta que “Três fases seqüenciam-se nesse processo [*de construção geográfica da sociedade*]: da montagem, relacionada à prática da seletividade; do desenvolvimento, relacionada às práticas da tecnificação, diversidade, unidade, tensão (localização x distribuição), negatividade (unidade x diversidade, homogenia x heterogenia, identidade x diferença), hegemonia, recortamento, escala e reprodutibilidade; e do desdobramento, relacionada às práticas da mobilidade, compressão, urbanização, fluidificação, hibridismo e sócio-densificação. Um processo que se reinicia pelo movimento permanente de reestruturação.” (MOREIRA, 2001, p. 15, grifo nosso)

³ Para o Brasil, o autor identifica quatro modelos de acumulação, engendrados como resposta ao modelo histórico brasileiro, que, por sua vez, respondia ao modelo histórico mundial: 1) modelo de acumulação agro-mercantil escravista; 2) modelo de acumulação primitiva interna proto-industrial; 3) modelo de acumulação industrial e 4) modelo de acumulação financeira.

⁴ Entendida como transição entre estágios de desenvolvimento dos modos de produção.

⁵ Os dados da base RAIS trazem informações sobre os estabelecimentos com estoque de emprego formal no Brasil, adotando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, em sua versão estruturada de forma hierarquizada em quatro níveis: 17 seções, 59 divisões, 223 grupos, 614 classes.

⁶ Em nossa pesquisa, foram considerados os seguintes municípios compondo cada pólo: (a) RMF: Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba, Aquiraz, Maracanaú, Eusébio, Guaiúba, Itaitinga, Chorozinho, Pacajus, Horizonte, São Gonçalo do Amarante; (b) Baixo Jaguaribe: Fortim, Aracati, Icapuí, Itaiçaba, Palhano, Russas, Jaguaruana, Quixeré, Morada Nova, Limoeiro do Norte, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Alto Santo, Jaguaribe, Jaguaribara; (c) CRAJUBAR: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha; e (d) Baixo Acaraú: Sobral, Meruoca, Alcântaras, Massapê, Santana do Acaraú, Morrinhos, Marco, Bela Cruz e Acaraú. Assim, totalizam 40 municípios.

⁷ Esses conceitos são discutidos em Santos (1979).

⁸ Não estamos considerando o comércio como serviço, por opção de orientação teórico-metodológica.

REFERÊNCIAS

BOTÃO, Helissandra Helena Silva. *Açude Público Castanhão (CE) como força reestruturadora: a dinâmica territorial*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Mestrado Acadêmico em Geografia/UECE, 2005.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: SILVA, José Borzacchiello da; *et al* (Orgs.). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. pp.429-461.

JIMÉNEZ, Antonio Moreno e UTRILLA, Severino Escolano. *Los Servicios y el territorio*, serie general nº 19, editorial síntesis, 1992. (colección Espacios y Sociedades).

LIMA, Luiz Cruz. *Reestruturação socioespacial: do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. SANTOS, Elizete de Oliveira. Evolução dos Modernos Serviços de Informações Geográficas: Rebatimentos Territoriais. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

LIMA, Luiz Cruz; QUINTILIANO, Aridenio Bezerra; FREITAS, Bernadete Maria Coelho; SANTOS, Elizete de Oliveira; SILVA, Francisco Antônio Carneiro; VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola. Reestruturação socioespacial do Ceará. XV ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS: O ESPAÇO NÃO PÁRA POR UMA AGB EM MOVIMENTO, 15, 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2008. 1 CD-ROM.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MOREIRA, Ruy. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação. In revista *GEOgraphia*, ano IV, no. 7. Niterói: PPGEU, 2002.

_____. As categorias espaciais da construção geográfica da sociedade. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro- Niterói, v. 3, n. 5, p. 15-42, 2001.

QUINTILIANO, Aridenio Bezerra. *Reestruturação Socioespacial do Ceará: Estado, Política e Sociedade*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

RANGEL, Ignácio. História da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 1, n. 4, pp.05-34, 1981.

SANTOS, Elizete de Oliveira e LIMA, Luiz Cruz. Reestruturação socioespacial do Ceará: uma contribuição a partir da análise da dinâmica dos serviços modernos. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS: O ESPAÇO NÃO PÁRA POR UMA AGB EM MOVIMENTO, 15, 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2008. 1 CD-ROM.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo, HUCITEC, 1988.

_____. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308 p.

_____. *Por uma outra globalização - Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Ed. Record, RJ. 2001.

_____. Território e Dinheiro. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. *Território, Territórios*. Niterói: PPGEU-UFF/ AGB-Niterói, RJ. 2002. p. 17-38.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1997.

SOJA, E. W. A. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de *et al* (Orgs). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ. 1995.